



Número: **0804951-09.2018.8.15.0251**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **1ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Desa. Maria de Fatima Moraes Bezerra Cavalcanti Maranhão**

Última distribuição : **20/01/2021**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Processo referência: **0804951-09.2018.8.15.0251**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAMYLSON LUCIANO ALVES (APELANTE)		ALBERTO LEITE DE SOUSA PIRES (ADVOGADO) ARTHUR ALVES DE MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (APELADO)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13741025	29/11/2021 19:35	Expediente	Expediente
13739096	29/11/2021 19:20	Acórdão	Acórdão
13419969	29/11/2021 19:20	Ementa	Ementa
13419970	29/11/2021 19:20	Voto do Magistrado	Voto
13419972	29/11/2021 19:20	Relatório	Relatório
13736246	29/11/2021 15:22	Certidão de julgamento	Certidão
13588429	18/11/2021 14:28	Intimação de Pauta	Intimação de Pauta
13587174	18/11/2021 13:34	Intimação de Pauta	Intimação de Pauta
13454033	10/11/2021 10:00	Despacho	Despacho
13419974	08/11/2021 18:05	Despacho	Despacho
11289412	17/06/2021 18:40	Parecer	Parecer
11289414	17/06/2021 18:40	0804951-09.2018.8.15.0251	Parecer

Tribunal de Justiça da Paraíba
Gerência Judiciária
Praça João Pessoa, S/N – Centro
CEP 58013-900 – João Pessoa – PB
Tel.: (83) 3216-1658 – Fax: (83) 3216-1659
www.tjpb.jus.br

INTIMAÇÃO

Intimação as partes do inteiro teor do **Acórdão.**
Gerência Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado da
Paraíba, em João Pessoa, 29 de novembro de 2021 .

Herbert Fitipaldi Pires Moura Brasil
Técnico Judiciário





Apelação Cível nº 0804951-09.2018.8.15.0251. Oriundo da 7ª Vara da Comarca de Patos.

Relatora: Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Apelante(s): Ramylson Luciano Alves.

Advogado(s): Arthur Alves de Medeiros - OAB/PB 25.763.

Apelado(s): Seguradora Líder dos Consórcios Dpvat S/A.

Advogado(s): Suélio Moreira Torres - OAB/PB 15.477.

**PRELIMINAR DE DESERÇÃO – IRRESIGNAÇÃO EM
RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS –
LEGITIMIDADE CONCORRENTE ENTRE AUTOR
(BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA) E ADVOGADO
– REJEIÇÃO.**

Considerando a existência da legitimidade concorrente entre autor (beneficiário da justiça gratuita) e seu causídico para apresentar recurso objetivando a reforma do capítulo que fixou os honorários advocatícios, inviável o acolhimento da preliminar de não conhecimento do recurso pela deserção.

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO
DPVAT – INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE DO
SEGURADO – INSURGÊNCIA SOBRE A CONDENAÇÃO
EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – AUTOR QUE
DECAIU EM PARTE MÍNIMA – PARÁGRAFO ÚNICO DO
ART. 86, DO CPC – ÔNUS INTEGRAL DA SEGURADORA -**



**VALOR DA CONDENAÇÃO IRRISÓRIO – FIXAÇÃO DA
VERBA COM BASE NO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA
– REFORMA DA SENTENÇA – PROVIMENTO DO APELO.**

Considerando que a pretensão exordial foi acolhida em valor reduzido, resta caracterizada a sucumbência mínima da parte autora, deve a seguradora promovida suportar o ônus da sucumbência de forma integral, na forma do Parágrafo Único do art. 86, do CPC

Constatado, *in casu*, o valor irrisório da condenação e do proveito econômico obtido pela parte, deve o percentual a título de honorários advocatícios incidir sobre o valor atualizado da causa, na forma do art. 85, § 2º, *in fine*, do CPC.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acima identificado:

ACORDA a Primeira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em sessão ordinária virtual realizada, por unanimidade, **REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO AO APELO.**

RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta por **Ramylson Luciano Alves**, buscando a reforma da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Mista da Comarca de Patos que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada em face da **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.**, julgou parcialmente procedente os pedidos, nesses termos:



[...]Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, I, CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da parte autora, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 1.518,75, já abatido o pagamento administrativo comprovado nos autos, devendo o valor ser corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do acidente (Súmula 580/STJ) e acrescido de juros de mora de 1% a partir da citação (Súmula 426/STJ).

Condeno ambas as partes nas custas processuais, em 50% para cada uma, já que a sucumbência foi recíproca, além de condenar o autor a pagar honorários advocatícios ao advogado do Réu e o Réu a pagar honorários advocatícios ao advogado do Autor, fixando os honorários em 10% do valor da condenação (art. 85, § 2º, e 86, parágrafo único, CPC), sendo vedada a sua compensação e observado o art. 98, §3º, CPC, quanto ao Autor(a).[...]

Nas razões da Apelação, o promovente/apelante insurge-se unicamente contra a fixação dos honorários advocatícios, afirmando que não há sucumbência recíproca no caso, destacando que se o percentual aplicado sobre o valor da condenação resultar em valor irrisório, não condizente com a remuneração da atividade advocatícia, é imperioso arbitrá-los de maneira equitativa, respeitando-se os parâmetros legais e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, art. 85, § 8º do CPC.

Pugnou, por fim, pela majoração para R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Contrarrazões pelo não conhecimento do recurso, ante a deserção e, no mérito, pelo desprovimento do recurso (Id. 9409042).

Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer opinando pelo prosseguimento do recurso (Id. 11289414).

VOTO



DA PRELIMINAR DE DESERÇÃO AVENTADA NAS CONTRARRAZÕES

A princípio, rejeito a preliminar de deserção aviada nas contrarrazões recursais, considerando a existência da legitimidade concorrente entre autor (beneficiário da justiça gratuita) e seu causídico para apresentar recurso objetivando a reforma do capítulo que fixou os honorários advocatícios.

Sobre o tema, colaciono precedente desta Egrégia Corte de Justiça:

APELAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. HOMOLOGAÇÃO POR SENTENÇA. Inconformismo da parte autora. Preliminares arguidas nas contrarrazões recursais. Ausência de interesse recursal e não conhecimento do apelo por ausência de preparo. Honorários advocatícios. Legitimidade concorrente da parte autora, beneficiária da justiça gratuita e do causídico. Rejeição. [...]

(0801825-98.2016.8.15.2003, Rel. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 17/06/2020)

Assim, **rejeito a preliminar e conheço do recurso, passando a examinar suas razões.**

DA APELAÇÃO

De plano, adianto que o recurso merece provimento.

O cerne da questão posta nos autos gira em torno do ônus e do valor dos honorários advocatícios fixados na sentença, sendo estes os únicos pontos abordado pelo recorrente em sua Apelação.

Tem-se dos autos haver sido reconhecido, na sentença, o direito do autor ao recebimento de complementação de indenização do Seguro DPVAT no importe de R\$ 1.518,75 (hum mil quinhentos e



dezoito reais e setenta e cinco centavos), conforme percentual da incapacidade apurado em perícia médica.

Em seguida, considerando a sucumbência recíproca, foram condenados ambos os litigantes *pro rata* ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Como cediço, a atribuição do ônus de pagamento de honorários advocatícios em processo judicial é realizada com base nos princípios da causalidade e sucumbência, segundo os quais deve pagar a verba sucumbencial a parte que deu causa à extinção do feito.

A princípio, destaco que a pretensão exordial foi acolhida em valor reduzido, sendo certo que essa circunstância caracteriza a sucumbência mínima da parte autora, **devendo a seguradora promovida suportar o ônus da sucumbência de forma integral**, na forma do Parágrafo Único do art. 86, do CPC, senão vejamos:

CPC. Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.

Sobre a matéria, esta Egrégia Corte de Justiça já se pronunciou:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. 01 (UM) PLEITO FORMULADO NA INICIAL. ACOLHIMENTO PARCIAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO A MENOR. SUCUMBÊNCIA DE PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. - Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários, nos termos do parágrafo único do art. 86 do CPC.

(0800033-73.2018.8.15.0311, Rel. Desa. Maria das Graças Moraes Guedes, APELAÇÃO CÍVEL, 3ª Câmara Cível, juntado em 19/08/2020)



Segundo o art. 85, § 2º, do CPC, os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, **não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.**

O valor da condenação ou o proveito econômico (R\$ 1.518,75) não se revelam aptos para serem utilizados como base de cálculo na fixação dos honorários advocatícios, considerando seus valores módicos.

Nesses casos, deve o valor atualizado da causa - R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) - servir como base para a fixação dos honorários advocatícios, amoldando-se claramente ao caso ora em disceptação.

Dessa forma, **DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO para determinar que seguradora arque integralmente com ônus da sucumbência, bem como para que percentual a título de honorários advocatícios (10%) incida sobre o valor atualizado da causa,** mantendo inalterados os demais termos da sentença objurgada.

É como voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além da Relatora, a Excelentíssima Doutora **Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas** (Juíza convocada para substituir a Exma. Desa. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti), o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto** e o Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**.

Presente à sessão a Representante do Ministério Público, Dra. Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa.

Sessão Virtual realizada no período de 29 de novembro à 06 de dezembro de 2021.



Juíza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Relatora

G/05



Apelação Cível nº 0804951-09.2018.8.15.0251. Oriundo da 7ª Vara da Comarca de Patos.

Relatora: Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Apelante(s): Ramylson Luciano Alves.

Advogado(s): Arthur Alves de Medeiros - OAB/PB 25.763.

Apelado(s): Seguradora Líder dos Consórcios Dpvat S/A.

Advogado(s): Suélio Moreira Torres - OAB/PB 15.477.

**PRELIMINAR DE DESERÇÃO – IRRESIGNAÇÃO EM
RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS –
LEGITIMIDADE CONCORRENTE ENTRE AUTOR
(BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA) E ADVOGADO
– REJEIÇÃO.**

Considerando a existência da legitimidade concorrente entre autor (beneficiário da justiça gratuita) e seu causídico para apresentar recurso objetivando a reforma do capítulo que fixou os honorários advocatícios, inviável o acolhimento da preliminar de não conhecimento do recurso pela deserção.

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO
DPVAT – INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE DO
SEGURADO – INSURGÊNCIA SOBRE A CONDENAÇÃO
EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – AUTOR QUE
DECAIU EM PARTE MÍNIMA – PARÁGRAFO ÚNICO DO
ART. 86, DO CPC – ÔNUS INTEGRAL DA SEGURADORA -
VALOR DA CONDENAÇÃO IRRISÓRIO – FIXAÇÃO DA
VERBA COM BASE NO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA
– REFORMA DA SENTENÇA – PROVIMENTO DO APELO.**



Considerando que a pretensão exordial foi acolhida em valor reduzido, resta caracterizada a sucumbência mínima da parte autora, deve a seguradora promovida suportar o ônus da sucumbência de forma integral, na forma do Parágrafo Único do art. 86, do CPC

Constatado, *in casu*, o valor irrisório da condenação e do proveito econômico obtido pela parte, deve o percentual a título de honorários advocatícios incidir sobre o valor atualizado da causa, na forma do art. 85, § 2º, *in fine*, do CPC.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acima identificado:

ACORDA a Primeira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em sessão ordinária virtual realizada, por unanimidade, **REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO AO APELO.**



VOTO

DA PRELIMINAR DE DESERÇÃO AVENTADA NAS CONTRARRAZÕES

A princípio, rejeito a preliminar de deserção aviada nas contrarrazões recursais, considerando a existência da legitimidade concorrente entre autor (beneficiário da justiça gratuita) e seu causídico para apresentar recurso objetivando a reforma do capítulo que fixou os honorários advocatícios.

Sobre o tema, colaciono precedente desta Egrégia Corte de Justiça:

APELAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. HOMOLOGAÇÃO POR SENTENÇA. Inconformismo da parte autora. Preliminares arguidas nas contrarrazões recursais. Ausência de interesse recursal e não conhecimento do apelo por ausência de preparo. Honorários advocatícios. Legitimidade concorrente da parte autora, beneficiária da justiça gratuita e do causídico. Rejeição. [...]

(0801825-98.2016.8.15.2003, Rel. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 17/06/2020)

Assim, **rejeito a preliminar e conheço do recurso, passando a examinar suas razões.**

DA APELAÇÃO

De plano, adianto que o recurso merece provimento.

O cerne da questão posta nos autos gira em torno do ônus e do valor dos honorários advocatícios fixados na sentença, sendo estes os únicos pontos abordado pelo recorrente em sua Apelação.



Tem-se dos autos haver sido reconhecido, na sentença, o direito do autor ao recebimento de complementação de indenização do Seguro DPVAT no importe de R\$ 1.518,75 (hum mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), conforme percentual da incapacidade apurado em perícia médica.

Em seguida, considerando a sucumbência recíproca, foram condenados ambos os litigantes *pro rata* ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Como cediço, a atribuição do ônus de pagamento de honorários advocatícios em processo judicial é realizada com base nos princípios da causalidade e sucumbência, segundo os quais deve pagar a verba sucumbencial a parte que deu causa à extinção do feito.

A princípio, destaco que a pretensão exordial foi acolhida em valor reduzido, sendo certo que essa circunstância caracteriza a sucumbência mínima da parte autora, **devendo a seguradora promovida suportar o ônus da sucumbência de forma integral**, na forma do Parágrafo Único do art. 86, do CPC, senão vejamos:

CPC. Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.

Sobre a matéria, esta Egrégia Corte de Justiça já se pronunciou:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. 01 (UM) PLEITO FORMULADO NA INICIAL. ACOLHIMENTO PARCIAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO A MENOR. SUCUMBÊNCIA DE PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. - Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários, nos termos do parágrafo único do art. 86 do CPC.



(0800033-73.2018.8.15.0311, Rel. Desa. Maria das Graças Moraes Guedes, APELAÇÃO CÍVEL, 3ª Câmara Cível, juntado em 19/08/2020)

Segundo o art. 85, § 2º, do CPC, os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, **não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.**

O valor da condenação ou o proveito econômico (R\$ 1.518,75) não se revelam aptos para serem utilizados como base de cálculo na fixação dos honorários advocatícios, considerando seus valores módicos.

Nesses casos, deve o valor atualizado da causa - R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos) - servir como base para a fixação dos honorários advocatícios, amoldando-se claramente ao caso ora em disceptação.

Dessa forma, **DOU PROVIMENTO À APELAÇÃO para determinar que seguradora arque integralmente com ônus da sucumbência, bem como para que percentual a título de honorários advocatícios (10%) incida sobre o valor atualizado da causa**, mantendo inalterados os demais termos da sentença objurgada.

É como voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além da Relatora, a Excelentíssima Doutora **Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas** (Juíza convocada para substituir a Exma. Desa. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti), o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto** e o Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**.

Presente à sessão a Representante do Ministério Público, Dra. Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa.

Sessão Virtual realizada no período de 29 de novembro à 06 de dezembro de 2021.



Juíza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Relatora

G/05



RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta por **Ramylson Luciano Alves**, buscando a reforma da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Mista da Comarca de Patos que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada em face da **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.**, julgou parcialmente procedente os pedidos, nesses termos:

[...]Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, I, CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da parte autora, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 1.518,75, já abatido o pagamento administrativo comprovado nos autos, devendo o valor ser corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do acidente (Súmula 580/STJ) e acrescido de juros de mora de 1% a partir da citação (Súmula 426/STJ).

Condeno ambas as partes nas custas processuais, em 50% para cada uma, já que a sucumbência foi recíproca, além de condenar o autor a pagar honorários advocatícios ao advogado do Réu e o Réu a pagar honorários advocatícios ao advogado do Autor, fixando os honorários em 10% do valor da condenação (art. 85, § 2º, e 86, parágrafo único, CPC), sendo vedada a sua compensação e observado o art. 98, §3º, CPC, quanto ao Autor(a).[...]

Nas razões da Apelação, o promovente/apelante insurge-se unicamente contra a fixação dos honorários advocatícios, afirmando que não há sucumbência recíproca no caso, destacando que *se o percentual aplicado sobre o valor da condenação resultar em valor irrisório, não condizente com a remuneração da atividade advocatícia, é imperioso arbitrá-los de maneira equitativa, respeitando-se os parâmetros legais e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, art. 85, § 8º do CPC.*

Pugnou, por fim, pela majoração para R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Contrarrazões pelo não conhecimento do recurso, ante a deserção e, no mérito, pelo desprovimento do recurso (Id. 9409042).



Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer opinando pelo prosseguimento do recurso (Id. 11289414).



ASSESSORIA DA PRIMEIRA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

160) Apelação Cível nº 0804951-09.2018.8.15.0251. Oriundo da 7ª Vara da Comarca de Patos. Apelante(s): Ramylson Luciano Alves. Advogado(s): Arthur Alves de Medeiros - OAB/PB 25.763. Apelado(s): Seguradora Líder dos Consórcios Dpvt S/A. Advogado(s): Suélio Moreira Torres - OAB/PB 15.477.

Certidão de Julgamento

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Primeira Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão ordinária virtual realizada, apreciando o processo acima indicado, assim decidiram:

Rejeitada a preliminar. Unânime. No mérito, por igual votação, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador Leandro dos Santos. Participaram do julgamento, além da Relatora, a Excelentíssima Doutora **Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas** (Juíza convocada para substituir a Exma. Des. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti), o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto** e o Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**.

Presente à sessão a Representante do Ministério Público, Dra. Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa.

Sessão Virtual realizada no período de 29 de novembro à 06 de dezembro de 2021.

Maria Clemens B. L. Montenegro

Supervisora da 1ª Câmara Cível

(Pauta publicada no DJ em 19.11.21)







Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 41ª Sessão Ordinária - Virtual da 1ª Câmara Cível a realizar-se de 29/11/2021 às 14:00 até 06/12/2021.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 41ª Sessão Ordinária - Virtual da 1ª Câmara Cível a realizar-se no dia 29-11-2021 às 14:00 até 06-12-2021.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Presidência da 1ª Câmara Cível

Processo nº: 0804951-09.2018.8.15.0251

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: RAMYLSO LUCIANO ALVES

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

João Pessoa, 10 de novembro de 2021.

Desembargador LEANDRO DOS SANTOS

Presidente da 1ª Câmara Cível



Assinado eletronicamente por: Leandro dos Santos - 10/11/2021 10:00:08

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21111010000821200000013404680>

Número do documento: 21111010000821200000013404680



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Desa. Maria de Fatima Moraes Bezerra Cavalcanti

Processo nº: 0804951-09.2018.8.15.0251

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: RAMYLSO LUCIANO ALVES

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de **Apelação Cível** interposta por **Ramylson Luciano Alves**, buscando a reforma da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Mista da Comarca de Patos que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada em face da **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.**, julgou parcialmente procedente os pedidos, nesses termos:

[...]Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, I, CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da parte autora, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 1.518,75, já abatido o pagamento administrativo comprovado nos autos, devendo o valor ser corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do acidente (Súmula 580/STJ) e acrescido de juros de mora de 1% a partir da citação (Súmula 426/STJ).

Condeno ambas as partes nas custas processuais, em 50% para cada uma, já que a sucumbência foi recíproca, além de condenar o autor a pagar honorários advocatícios ao advogado do Réu e o Réu



a pagar honorários advocatícios ao advogado do Autor, fixando os honorários em 10% do valor da condenação (art. 85, § 2º, e 86, parágrafo único, CPC), sendo vedada a sua compensação e observado o art. 98, §3º, CPC, quanto ao Autor(a).[...]

Nas razões da Apelação, o promovente/apelante insurge-se unicamente contra a fixação dos honorários advocatícios, afirmando que não há sucumbência recíproca no caso, destacando que *se o percentual aplicado sobre o valor da condenação resultar em valor irrisório, não condizente com a remuneração da atividade advocatícia, é imperioso arbitrá-los de maneira equitativa, respeitando-se os parâmetros legais e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, art. 85, § 8º do CPC.*

Pugnou, por fim, pela majoração para R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Contrarrazões pelo não conhecimento do recurso, ante a deserção e, no mérito, pelo desprovimento do recurso (Id. 9409042).

Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer opinando pelo prosseguimento do recurso (Id. 11289414).

É o relatório.

Peço dia para julgamento na pauta virtual.

João Pessoa, data do registro eletrônico.

Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

Relatora



g5



SEGUE MANIFESTAÇÃO.





Ministério Público da Paraíba
PROCURADORIA DE JUSTIÇA (08º PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Apelação nº 0804951-09.2018.8.15.0251

MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL

Egrégia Câmara:

Após detida análise dos autos, percebe-se que a lide gira em torno de interesse meramente patrimonial e disponível (complemento dpvat), não trazendo o interesse público primário reclamado pelo ordenamento jurídico como legitimador da intervenção do Ministério Público.

Desse modo, o caso em tela não comporta manifestação meritória deste órgão ministerial enquanto *custos legis*, estando a questão à margem das disposições constitucionais e legais em vigor que autorizam essa atuação e da Recomendação Conjunta n.º 001/2018^[1], expedida pela Procuradoria-Geral de Justiça da Paraíba e pela Corregedoria-Geral do MPPB. Vejamos:

“Art. 1º. O Ministério Público do Estado da Paraíba, no âmbito de sua autonomia administrativa e funcional, deve intervir, como fiscal da ordem jurídica, nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz e nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana, além de priorizar:

I – o planejamento das questões institucionais;

II – a avaliação do interesse social dos temas e processos em que atua; III – a busca da efetividade em suas ações e manifestações; (...)

Art. 5º. Além das hipóteses previstas em lei específica, destacam-se também como de interesse social, nos termos do art. 1º, II, desta Recomendação, os casos de: I - direito difuso, coletivo e individual homogêneo e indisponível; II - ações que visem à prática de ato simulado ou à obtenção de fim proibido por lei; III - normatização de serviços públicos; IV- licitações e contratos administrativos; V - ações de improbidade administrativa; VI - direitos assegurados aos indígenas e às minorias; VII - direito dos menores, dos incapazes e dos idosos em situação de vulnerabilidade; VIII - ações



relativas ao estado de pessoa de interesse de parte ou pessoa incapaz; IX - ações de alimentos, revisionais e exoneratórias de interesse de parte ou pessoa incapaz; X - ações de inventário, arrolamento e disposição de última vontade de interesse de pessoa incapaz; XI - ações em que se discuta a ocorrência de discriminação ou qualquer prática atentatória à dignidade da pessoa humana, quando o dano tiver projeção coletiva; XII - ações previdenciárias de interesse de parte incapaz; XIII - ações indenizatórias de interesse de parte incapaz; XIV - ações de consumidor de interesse de parte incapaz; XV - ações rescisórias de decisões proferidas em ações judiciais nas quais o Ministério Público tenha atuado como órgão interveniente;

§ 1º A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

§ 2º Os assuntos considerados relevantes pelo planejamento institucional (art. 1º, inciso I) são equiparados aos de interesse social”

Essa também é a orientação que promana da Recomendação nº. 34/2016^[2] Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a atuação dos membros do MP como órgão interveniente no processo civil.

Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, por sua Procuradoria de Justiça, apenas indica que o feito retome o seu caminho natural, submetendo-se ao elevado crivo da egrégia Câmara.

João Pessoa, 17 de junho de 2021.

JANETE MARIA ISMAEL DA COSTA MACEDO

Procuradora de Justiça

^[1] Dispõe sobre a otimização da intervenção dos membros do Ministério Público no Processo Civil. (Publicada no Diário Oficial Eletrônico, nº 287, página 1 ,Publicado em 21 de agosto de 2012).

^[2] Art. 1º Os órgãos do Ministério Público Brasileiro, no âmbito de sua autonomia administrativa e funcional, devem priorizar: I – o planejamento das questões institucionais; II – a avaliação da relevância social dos temas e processos em que atuam; III – a busca da efetividade em suas ações e manifestações; IV – a limitação da sua atuação em casos sem relevância social para direcioná-la na defesa dos interesses da sociedade. (Grifos e destaques de agora).

